



RELATÓRIO



Fonte: Ana Thé- 2006

III ASSEMBLÉIA DO GRUPO DE TRABALHO DA PESCA

GTPESCA – RIO SÃO FRANCISCO – MG

30 E 31 DE AGOSTO DE 2006

IBIAÍ – MINAS GERAIS

TEMA: FISCALIZAÇÃO COMUNITÁRIA

REALIZAÇÃO:

Instituto Estadual de Florestas – MG

Colônia de Pescadores de Ibiaí – Z-20

Polícia Militar Ambiental – MG

World Fisheries Trust- Canadá

IBAMA – Programa Nacional de Agentes Ambientais Voluntários

APOIO:

UFSCar

UNIMONTES

FEPESCA - MG

AGENDA

Dia 30 de Agosto

Horário	Atividade	Responsáveis
08h45 min	Boas vindas: dinâmica de apresentação dos participantes institucionais (governo e Estado, entidades de base, ONG's) e apresentação da agenda do evento; construção das regras de convivência do grupo durante assembléia (falar um de cada vez, saber ouvir, respeitar opinião dos outros, cumprimento de horários, etc.)	Facilitadores: Mary e Ana Thé
09h45min	Apresentação do GTPesca São Francisco – Minas Gerais	Coordenação GTPesca
10 horas	Apresentação da Polícia Militar sobre a experiência do Policiamento Comunitário nos centros urbanos – aprendizagens para a aplicação no policiamento ambiental;	Capitão Arley
10h30 min	Intervalo - Café	
10h45 min	Apresentação do IEF sobre a fiscalização Ambiental da pesca no Estado de Minas Gerais; explicação sobre (Grupo Coordenador de Fiscalização Ambiental Integrada)	Marcelo
11h15 min	Apresentação do Programa de Agentes Ambientais Voluntários do IBAMA	Juliana Simões (IBAMA/Brasília)
12h00 min	Intervalo para o almoço	
13h00 min	Dinâmica de Grupo - concentração no trabalho da tarde e cooperação entre os participantes	Facilitadores: Mary e Ana Thé

13h15min	Mesa redonda e Debate: A realidade atual da fiscalização da atividade pesqueira no Estado de Minas Gerais – 15 minutos para debatedores (3) e 1 hora e 15 minutos para perguntas do plenário	IEF, IBAMA, PM, SEAP, FEPESCA
15h15min	Intervalo – Café	
15h30min	Instalação dos grupos de trabalho: Leitura das propostas construídas durante o Fórum Regional da Pesca em Três Marias – Junho de 2004 para abrir a discussão, promovendo complementações, novas propostas a serem encaminhadas a consulta do plenário	Miguel e Ana Thé e demais voluntários para organização do trabalho nos grupos (1 facilitador e 1 redator por grupo)
18 horas	Encerramento do 1º dia de trabalho	
19h00 min	Jantar	Colônia de Ibiaí
20h00	Confraternização - Moda de Viola	Colônia de Ibiaí

Dia 31 de Agosto

Horário	Atividade	Responsáveis
08h30min	Apresentação Erida-UFSCar sobre pesquisa sobre a qualidade ambiental da água em Três Marias	Erida
08h45min	Apresentação da síntese dos problemas e discussão de propostas para o planejamento e implementação da fiscalização ambiental comunitária da pesca na bacia do São Francisco - MG	Ana Thé

10 horas	Intervalo - Café	
10h15 min	Discussão em plenário das propostas, construção do plano para a implementação da fiscalização ambiental comunitária da pesca na bacia do São Francisco - MG	Ana Thé, Mary e Zé
12h30 min	Encerramento – felicitações e agradecimentos	Todos !!!
13horas	Almoço e partida	

RELATORIA POR

ANA CAROLINA- UFSCAR

ANA THÉ – PPA - UNIMONTES

ÉRIDA- UFSCAR

LUCAS- UNIMONTES

ZÉ ANDRADE- PPA

O início dos trabalhos foi dividido em três momentos:

1º MOMENTO: Abertura com os representantes de órgãos ambientais e representantes de pesca local;



Figura 1: Mesa de Abertura Fonte: Lucas - 2006

2º MOMENTO: Apresentação da programação e regras de organização; Apresentação Ana Thé sobre organização do Grupo de Trabalho da Pesca (anexo 2)

3º MOMENTO: Apresentações das entidades: polícia militar (Cap. Arley) IEF (Marcelo) e IBAMA- Brasília (Juliana Simões)

O capitão da polícia militar começou sua apresentação de propostas para a fiscalização do ponto de vista da polícia comunitária, essa como uma estratégia para articular a polícia e sociedade civil para trabalhar juntos. Se não haver confiança, segundo cap. Harley, não haverá polícia comunitária da pesca.

Nesse sentido, conceitua que a polícia militar e a sociedade, nessa estratégia, juntos indicariam os problemas e apontariam soluções. Ressalta que essa estratégia não beneficia o infrator, mas é uma ação que não deve tolerar infrações por parte de nenhum parceiro.

Afirma ainda que nenhum problema, seja ele de violência ou a fiscalização do Rio São Francisco, pode ser resolvido por alguém sozinho. Mas todos juntos. Para isso, é necessário conhecer a realidade e obedecer a lei. Caso a lei esteja equivocada, vamos continuar aplicando a lei e batalhar para mudá-las. O que não pode ser admitido é ações fora da lei.

Por outro lado, disse também que o policial deve cumprir com ética estabelecida na PM no trato com os pescadores, que são cidadãos e lutam pela sobrevivência. Além disso, haver o respeito no trato entre esses parceiros. Cap. Harley afirma que há uma conclusão da corporação que as classes menos favorecidas estão mais exposto ao poder da PM. Porém, além de ser uma função da PM proteger essas camadas também não pode ser confundido com passar a mão na cabeça de quem faz coisa errada.

Explica também que as soluções criativas, no respeito da lei e de forma pacífica são fundamentos imprescindíveis para uma polícia comunitária da pesca, e que serão necessárias lideranças que venham ao encontro dessas idéias. Mostra que essa estratégia não pode ter um caráter partidário. Deve sensibilizar outras autoridades e preocupar-se sempre com a integridade física de todos os envolvidos, por isso é necessário treinar o procedimento do policial militar para que ele não seja agressivo ou autoritário. Por outro lado, afirma que nunca será 100% essa relação de respeito, mas deverá ser feito em um processo de reavaliação permanente.

Ele diz ainda que um primeiro passo é identificar as lideranças, o que no neste projeto, já foi identificado. Outro passo é o diagnóstico dos problemas e faz um parêntese que o comando sabe de algumas irregularidades cometidas por policiais. Pede para que as vítimas disso não se desesperem e não se sintam abandonados.

Diz que esse processo deve ser complementado com a **fiscalização comunitária** do pescador, pois assim ele terá mais fiscalizadores para conter as infrações. Esse policiamento será sempre legitimado pela comunidade e feito com a comunidade. Em relação ao procedimento ostensivo, ou seja, o famoso “derrubo”, diz que o policiamento é um sucesso de norte a sul, principalmente na Amazônia, com a ajuda dos agentes voluntários de fiscalização (ver anexo 3 – apresentação da PM).

O representante do IEF, Marcelo, falou da legislação ambiental, da importância de todos se conscientizarem da preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Diz que a fiscalização é algo difícil devido á falta de recursos. Até setembro todas a licenças de pesca estarão prontas. Ele diz que as reclamações da não aceitação da carteira de licença não esta realmente sendo aceita pela legislação, o que deve ser reivindicado.

Ele sugere que a legislação deve começar das próprias pessoas. E que quem conhece realmente as necessidades do rio são principalmente os pescadores.

Um membro da colônia de São Romão se dirigiu questionando que a policia não está ciente das instruções devidas para a fiscalização, culpando a SEAP. O técnico do IEF diz que todos devem estar regularizados, e como é o caso deles o culpado de os pescadores serem reclamados seria da SEAP.



Figura 2: Plenário do dia 30 de agosto em Ibiaí – GTPesca

A representante do IBAMA Brasília apresentou o Programa de Agentes Voluntários de Meio Ambiente. Essa experiência é um sucesso na Amazônia, mas o objetivo é expandir para todo o Brasil, inclusive aqui em MG.

Esses agentes surgem dentro do SISNAMA, que habilita os comunitários moradores de Unidades de Conservação seja um fiscalizador voluntário. Citou também a lei do voluntariado e da Instrução Normativa do IBAMA que regulamentam e respaldam esse programa. Juliana afirmou ainda que a instrução normativa busca formar agentes que fiscalizem, colaborem e ajudem a animar a comunidade a participar da co-gestão dos recursos hídricos, assegurando a discussão das comunidades sobre o uso dos recursos pesqueiros e, de fato, saia uma portaria para o uso dos recursos pesqueiros do rio.

Envolver os vários usuários na fiscalização desses recursos, buscando ser beneficiário e vigilante em relação aos acordos de pesca serem cumpridos. Além disso, segundo Juliana, o papel do Agente Ambiental Voluntário é fortalecer organizações comunitárias e outras instituições, buscando um espaço de interlocução política. Disse que isso somente é possível se houver muita organização comunitária de maneira formal.

Ressalta a importância do fortalecimento das organizações comunitárias, dentro de ações coletivas e de lutas, para que assim se possa ser atendido as demandas comunitárias. Por último, fortalecem os programas de fiscalização dos órgãos fiscalizadores.

Depois, iniciou uma explicação sobre os acordos de pesca, que significa melhorar o rio, mostrando a maior produtividade dentro de regiões que fazem um manejo compartilhado dos recursos hídricos. Isso é, realizar uma parceria na construção das instruções normativas entre as diversas instituições envolvidas. Após as discussões, se redige um documento que vira lei. Seria a criação de regras que vão reger o uso do rio.

Para ser agente voluntário ambiental deve ser alfabetizado, ser maior de 18 anos e ser indicado pela comunidade. Ele pode fazer indicações e realizar ações preventivas, que é a parte mais importante: a prevenção dos impactos ambientais.

Além disso, ele deve ser um educador popular e uma liderança para romper com o analfabetismo político presente nas comunidades. O agente pode ainda fiscalizar, mas existem regras para essas fiscalizações.

Ele só poderá abordar o infrator com o acompanhamento do PM ou com o mínimo de 5 agentes voluntários. Caso não haja concordância ou qualquer tipo de agressão por parte do infrator, a orientação é voltar a comunidade e voltar com um maior número de comunitários para a abordagem. Tudo para haver segurança para os agentes.

Ele pode ainda elaborar autos de constatação para pessoas que infringem a lei. Há hoje aproximadamente 3 mil agentes ambientais em todo Brasil, com maior concentração na Amazônia. Juliana apresentou custo por indivíduo formado Agente Social: R\$ 339,00. (ver anexo 4 – apresentação do IBAMA)

PARTE DA TARDE – MESA REDONDA SOBRE FISCALIZAÇÃO

Composição: Cap. Arley, Juliana, Seu Raimundo e Miguel



Figura 3: Mesa Redonda Institucional sobre Fiscalização

Miguel inicia com um chamado para uma salva de palmas para a equipe de cozinha. Miguel comenta a respeito de uma pergunta anterior de Renato, dizendo que ele participa de vários comitês, conselhos e espaço ambientais e não ganha nenhuma remuneração.

Afirma que esses espaços são importantes para aglutinar as categorias, não esquecendo de conciliar com o relacionamento com os familiares. Diz que há recursos para os pescadores profissionais disponíveis no IEF através das colônias, apoiando atividades de capacitação entre outros.

Valter pergunta: Em relação ao pescador amador, esses cedem espaços onde pescadores profissionais lançam suas redes. Isso gera um conflito entre o pescador profissional e o amador. Como proceder nessa questão.

Cap. Harley – O primeiro passo foi importante, ou seja, ter solicitado um policial militar. Segundo o mesmo, o rio não tem dono e portanto, não há reservas específicas e não se pode resolver pela briga, mas sim um acordo.

Miguel: É a mesma coisa do caso das ilhas. Elas não têm dono, pertence à União e não legitima nenhuma documentação sobre. A solução é o diálogo e o acordo de convivência.

Valter pergunta: O que o IEF pode fazer em relação aos atravessadores?

Marcelo IEF: O atravessador tem que ter licença de comerciante de pescado, senão é ilegal. Agora depende da união dos pescadores em não venderem.

Cap. Harley: O estado não deve se envolver diretamente com o mercado. O que deve acontecer é uma gestão econômica dos pescadores. Não adianta esperar do governo, quem tem que resolver são os pescadores.

Vanilson pergunta: Um pescador amador passou em cima das redes nossa, minha e de meu companheiro, e ameaçou nós com violência. Fizemos o BO e até hoje não há resposta. Ele cortou com uma faca e eu fiquei com prejuízo do material. Você sabe se há uma resposta.

Cap. Harley: A resposta vou dar quando tiver acesso ao BO e ameaça é crime, mesmo sem faca ou arma. Vou verificar.

Renato pergunta: Em relação às portarias que regulamentam a pescaria, há muitas contradições entre as regulamentações do IBAMA e IEF, consecutindo na Polícia Militar. Peço que comentem sobre assunto, abordando também o tamanho do peixe da tabela.

Miguel: Há uma convergência para a construção das regras de forma unificada entre IEF, IBAMA e PM, buscando construir uma portaria que acabe com as contradições. Em relação ao tamanho da malha, quem define é o IBAMA MG. Estamos tentando modificar algumas, mas vai depender de um contato com o IBAMA Brasília.

Juliana – IBAMA: De fato, há divergências. Estamos trabalhando no início de uma coerentização e unificação das portarias através de um força tarefa para solucionar esse problema.

Necão pergunta: Porque não há um uniforme específico e diferenciado para a fiscalização?

IEF: Não há um uniforme específico, mas um colete. No caso da PM há uniforme específico. O que tem que ser cobrado é a carteira de fiscalizador.

Miguel: Apresenta nova equipe de técnicos do IEF, reforçando que deve ser exigido o documento de identificação.

Cap. Harley: O problema de qualquer modificação é o custo para o Estado, já que qualquer pequena alteração custa milhares de reais.

Josemar pergunta: Apresentou uma série de problemas levantados na assembléia de pescadores que ocorreu em Ibiaí para participação no GTPesca: problemas com procedimento da PM, de falta de acesso ao rio, com a privatização das margens, pede um apoio para a punição da VM em relação a contaminação, uma maior agilidade na promulgação da portaria de Piracema e o pagamento do seguro desemprego, as carteiras atrasadas e solicitou uma maior fiscalização aos pescadores amadores.

Cap. Harley: A propriedade dos fazendeiros é um domicílio e não pode ser violado. Devido a violência, se o fazendeiro abrir sua propriedade ele fica muito vulnerável. Tem que ser negociado e discutido.

Miguel: a questão de unificação de portaria, o IEF não pode publicar primeiro, é preciso esperar o IBAMA, mas existe o problema deste se reunir com os estados que tal portaria seja feita. Ele diz que é proibida a pesca amadora nas lagoas marginais, pois são locais de reprodução.

O policial Carlos falou sobre a ocorrência feita pelo pescador Vanilson, o policial disse que o cidadão ameaçador foi indiciado a não praticar este tipo de atitude pois, sofreria as consequências; no entanto o seu material destruído não tem como ser recuperado.

Cacildo perguntou como fica a situação quando um pescador deixa uma reserva de peixe e chega outro e faz o pescado.

O capitão Harley respondeu que a policia fica numa situação difícil, sendo o melhor a ser feito seria o diálogo. E coloca mais uma vez na importância da preservação para as gerações futuras.

Miguel coloca também na importância do dialogo para resolver as questões de pesca.

Raimundo argumenta obre a tolerância dos 10% e afirma que a portaria não é clara, mas estamos em uma fase de modificação, que está tornando mais fácil a comunicação, e estamos trabalhando para que a portaria seja clara para que seja obedecida e aplicada com mais facilidade. Salienta que os pescadores respeitam a portaria mas acreditam e lutam por uma portaria que seja conjunta, UNIFICADA, para diminuir o conflito entre portarias diferentes do IBAMA e IEF.

Valter pergunta para Arley sobre uma minuta solicitando a inclusão da sociedade no processo de normatização, e pergunta se houve participação no estabelecimento da última portaria definida pelo IBAMA, e outra pergunta foi sobre os petrechos de pesca que foram autorizados, mas que não tem um esquema de identificação adequado o que dificulta a solicitação.

Miguel responde que houve participação sim da federação e colônias, e quanto aos petrechos e identificação é responsabilidade o órgão federal competente, como IBAMA.

Raimundo esclarecendo sobre o petrecho e diz que se o material tem placa ou identificação não há problemas de apreensão, mas para que haja respaldo do IBAMA e ao pescador tem que haver identificação. Mas o IBAMA não está inserido na lei, o estado está pois solicitamos, então temos que trabalhar para inclusão do IBAMA, e é para isto que estamos aqui, trabalhar juntos para definir isto. Quanto a participação no estabelecimento da portaria estávamos presente e estamos ainda trabalhando pela revisão da portaria de 92 que não se aplica mais em alguns casos.

Miguel faz leitura da lei que regulamenta os petrechos, e esclarece que o pescador é responsável pela identificação do material (nome, colônia, etc) o que falta é o esclarecimento do órgão a respeito de como deve ser a placa, existe uma norma que define como deve ser esta placa de identificação.

Vanderval (Januária) argumenta que acabou de entrar no IEF e diz que o material apreendido deve ser encaminhado ao órgão competente que é o IEF, e quando o pescador for recuperar ele sabe onde pegar. Em Januária isto não acontece, o material é encaminhado para a polícia civil e de lá vai para BH, eu como do IEF uma hora vou ter que responder sobre isso, então pergunta se isso procede e o que se pode fazer.

Cap. Arley esclarece que se o material foi levado para a delegacia civil indica que foi configurado crime ambiental, e portanto, o material deve ser apreendido e este material não será devolvido pois passa a incorporar o processo, quando o ato configurar uma infração administrativa, neste caso o material poderá ser recuperado.

Miguel argumenta quanto ao destino do material e afirma que em Três Marias, por exemplo o IEF não tem onde acomodar todo material apreendido, e neste caso o material pode ser encaminhado a polícia ambiental que tem um pátio para armazenar material.

Norberto (Três Marias) dirige uma pergunta para platéia: a moça do IBAMA trouxe a nós a proposta do agente comunitário, mas acredito que nós estamos buscando um objetivo mais urgente, hoje tem muita gente que nós fiscaliza e eu acredito que nós precisamos buscar coisas mais rápidas e eficientes, como por exemplo, o acordo de pesca que funciona em alguns locais, mas acho que aqui não funciona. No rio Grande não pode pescar devido espécies exóticas, e tem uma ajuda financeira, se essa portaria chega ao rio São Francisco vai ser uma lastima. Temos que cuidar para que agentes ambientais não separe a classe. Duvido que agentes fiscais (IBAMA, IEF) não faz nem metade do que nós fazemos para lutar por nossos direitos, fiscalizando, não adianta. Nós em Três Marias trabalhamos junto com pescador amador, acho que temos que trabalhar junto, e explorar esta atividade tomar dinheiro dele. Atravessador é bom nós precisamos trabalhar com isto fazer para nosso favor. A portaria de 92 estabelece piau de 25 centímetros, mas isto não existe no rio São Francisco, nós temos nossos direitos e temos que defender nossos direitos.

Miguel afirma que não é aqui reclamando os valores da tabela aqui que vai mudar alguma coisa, e sim estabelecer uma colônia forte, nós não temos autoridade para isto, isso tem que chegar ao diretor, governador. Afirma que não tem autoridade pra isto, mas pede dar seu parecer a respeito da questão, mas temos que ter consciência de que eu posso levar as sugestões, mas o IBAMA-MG por exemplo não está presente, e questiona porque não está presente.

Juliana esclarece que os agentes ambientais não tem um único papel só de fiscalizar , e quanto a implementação disto no Rio São Francisco afirma que só podemos afirmar que não dá certo depois de tentar e avaliar o que pode ou não ser implementado. Gostaria de sair também quanto a organização dos pescadores de Três Marias pois é necessário um processo de mobilização e conscientização, aqui vejo que estamos no caminho. Quanto ao

IBAMA não é perfeito, mas existe pessoas com garra e vontade, trabalhadores sérios, se existem pessoas corruptas são uma minoria, e afirma que o IBAMA está presente sim, estou participando anotando sugestões como portaria conjunta e estarei levando para Brasília. Enfatiza a necessidade de tentar a implementação e solicita que não fosse jogada for uma possibilidade antes de tentar.

Miguel coloca que não acredita que está havendo um enfraquecimento do IEF não e nem dos demais órgãos, colocando que houve contratações e que o rio São Francisco está atuando e se interando dos problemas do rio e em especial da mortandade, além de deste grupo esta sempre participando e conjunto com outros órgãos nos esforços em melhorar o rio e resolver seus problemas.

Juliana reafirma os investimentos nos órgãos de gestão dos recursos naturais.

Ana intervem e reafirma o objetivo do grupo como espaço de discussão do qual temos que tirar ações conjuntas.

Carlos - Diretor de gestão da pesca - IEF registra sua tristeza como diretor em ouvir do seu Norberto o que foi dito, pois ele acredita que estamos todos aqui para discutir como melhorar, e então ficamos tristes quando o senhor acusa o enfraquecimento destes órgãos pois vejo muitas pessoas dentro do IEF lutando por melhorias e investimento. Temos que dar credibilidade para este grupo que está tentando trazer para sua responsabilidade e participação neste processo de participação.

Geraldo dirige pergunta a Juliana pois enviou através da colônia uma solicitação ao IBAMA abordando a questão dos materiais que são incinerados mesmo o órgão sabendo da composição do material o chumbo, e os órgãos ambientais tem que ter consciência da contaminação e esses materiais fossem doados a colônia para que esta gerasse fundos com este material para comprar materiais escolares, remédios. Houve o encaminhamento de um material comprovando estes atos, não estou culpando o órgão, mas se isto está na lei ela tem que ser revista.

Cap.Arley concorda com a colocação do Geraldo, mas afirma que eles seguem exatamente o que está descrito na lei, nos (polícia) queimamos material sim devido a falta de espaço. Do ponto de vista legal, não há mecanismos para devolução, e mesmo que isso seja viabilizado este materiais não são armazenados adequadamente o que também dificulta uma possível devolução ou reaproveitamento.

Juliana afirma que o IBAMA tem a comissão de doação que funciona para produtos florestais, e se comprometeu a ver se há esta atuação na área da pesca, e caso não esteja acontecendo para os petrechos de pesca ela irá intervir.

Miguel coloca, ainda a respeito do enfraquecimento dos órgãos, e relata da possibilidade de ter se extinguido algumas coordenadorias do IEF e foi com o apoio do seu Norberto e Raimundo que isto não aconteceu, ou seja graças aos pescadores. Essas reuniões vem para fortalecer e não enfraquecer estes órgãos.

Renato (Buritis) cita a lei 14000 artigo 10 e coloca que é obrigada a utilização de placa, mas nem sempre isso resolve. Coloca que mais importante do que um indivíduo é o conjunto, melhor do que extinguir os órgãos ambientais é trabalhar com eles, juntos. Relata a importância da colaboração e fiscalização conjunta, e chama todos para esta responsabilidade.

Juliana pergunta se as placas são produzidas pelos pescadores e questiona se a solicitação é de que o IBAMA produza estas placas para assegurar a utilização. E pergunta se esta é a proposta a ser encaminhada.

Raimundo (FEDEPESCA) esclarece que esta foi uma sugestão que surgiu da discussão das leis. O que ele defende não podemos permitir que este material seja queimado. E sugere este encaminhamento, sugerindo que o órgão ambiental marque o material para que seja claro que ele é legal.

Sindicato Rural (IBIAÍ) questiona como se pensa a revitalização do rio. E coloca também que concorda que houve um fortalecimento sim, mas com o intuito de fiscalizar, punir e arrecadar dinheiro, e não para se abrir e disponibilizar para conversar e melhorar as coisas, pois quando se fala em proteger o rio se fala em proibir coisas como o plantio e não se pensa em quem depende dele, como fica o órgãos neste plano de revitalização.

Juliana coloca que dentro da área dela houve participação de todos os órgãos e criadas comissões onde participam todos os órgãos ambientais em um grupo de trabalho que discutira as questões da fiscalização para resolver estes conflitos. Afirmar que esta havendo um momento de discussão e articulação dos órgãos do estado sobre as questões do rio são Francisco.

Miguel Comunica o seminário Nacionais para 16 a 20 de outubro vai tratar de alto SF 23 a 27 de outubro no médio e sub médio e depois o Alto São Francisco.

Jose de Alencar (?) ressalta a importância deste diálogo qualificado e neste sentido coloca a importância da categoria estabelecer mais e mais estes espaços, e faz uma pergunta, toda discussão foi encaminhada no sentido da fiscalização para manter o ecossistema mesmo com diversos usuários, mas havendo diferenças nos usuários, pois empresas contaminam, cidades liberam esgoto, e além disso pescador também contribui para poluição quando deixa lixo, mas como tratar esta questão visto que há uma diferença de organização, conhecimento como lidar com isso.

Juliana coloca que está havendo um cadastramento de usuário pela ANA (Agência Nacional das Águas) posteriormente será encaminhado o termo de ajuste de conduta.

Miguel coloca que há participação de IEF, IBAMA, Federação de pescadores e outros. Coloca que a questão do esgoto é complexo, pois temos muitos municípios e somente 15% tem tratamento de esgoto, existe COPAM em BH que libera o funcionamento de empreendimentos, mas está sendo implementado COPAM regionais para facilitar a

fiscalização de empreendimentos de menor porte, e coloca que a multa está altíssima, e com a implementação destes novos COPAM a fiscalização será maior.

Cap. Arley coloca a complexidade da pergunta e de tratar questão de diferença de poder e fiscalização. Resgata a origem da policia como milícia que tinha dentre as funções a coleta dos impostos para o Império, e ainda há resquícios desta cultura dentro de nós (policiais). Nos policiais vemos um pescador pescando na boca do esgoto e prendemos o pescador, mas não o prefeito, pois isto não esta em nosso alcance, isso é um fardo que carregamos, nos identificamos este problemas e temos vergonha disto, mas a maneira de lidarmos com isto é fazendo o que estamos fazendo aqui, para construir uma sociedade melhor, e buscar soluções de forma colegiada para que em um futuro próximo todos sejamos encarados de forma igualitária.

Alison coloca que o diálogo esta muito rico e produtivo e procurar reafirmar que se sente honrada e coloca que reconhece muito importante a participação de todos. E levanta a necessidade de tirarmos ações, e dentro do programa e sugere que seja elaborada uma lista de responsabilidades para todas instituições que estão presentes, para que na próxima reunião possamos discutir o andamento do que foi aqui proposto.

Norberto pede desculpa se esta sendo indesejável, mas coloca que está decepcionado pois morreu muitos peixes, surubins na sua porta e ele ligou para linha verde inúmeras vezes e não teve resposta do IBAMA, e se desculpa e reafirma que estará presente até o fim.

Miguel coloca que é difícil para eles e relata que houve uma reunião com VM e SISEMA (25) pessoas 8 VM (gerentes) e foi apresentado os resultados do protocolo de compromisso e o parecer da SISEMA. Infelizmente a apresentação da VM foi muito boa em um sistema de defesa, e a nossa apresentação não foi tão forte. E o gerente da VM afirmou que não houve mortandade o que me revolta (Miguel). O parecer da SISEMA coloca que a VM é a causadora da mortandade com o esgoto, amplificado com o manejo da Usina Hidrelétrica de Três Marias. A posição do IEF também é essa, mas não adianta muita, pois os peixes continuarão morrendo, defendendo uma atitude drástica, para resolver a questão do peixe.

Fim da plenária.

Parte da Tarde II

Divisão de Grupos de Discussão (6 Grupos): A tarefa foi explicada pela Ana Thé e Miguel. Após a divisão em grupos, cada um recebeu cópias dos problemas levantados com a descrição das soluções durante o I Fórum Regional da Pesca no ano de 2004 na cidade de Três Marias. Cada grupo teria que rediscutir se estes eram os problemas ainda e quais seriam as soluções, como fazer, quem faz, quando e os parceiros para cada ação de resolução, além de poderem sugerir outros problemas e soluções. No dia seguinte seriam apresentados os trabalhos do grupo, o que foi modificado pela organização da assembléia para garantir a tirada de tarefas comuns neste encontro. Relatório da discussão total dos grupos encontra-se no anexo 5.



Figura 4: Discussão em Grupo no dia 30 de agosto – GTPesca. A.



Figura 5: Discussão em Grupo no dia 30 de agosto – GTPesca. B.



Figura 6: Discussão em Grupo no dia 30 de agosto – GTPesca. C.



Figura 7: Discussão em Grupo no dia 30 de agosto – GTPesca. D.

Fim do Primeiro Dia de Assembléia.

Segundo dia, 31 de agosto de 2006

Primeira Parte: Apresentação da Érida-UFSCar sobre a pesquisa “Diagnóstico de Contaminação por metais pesados da Água e dos Sedimentos do Rio São Francisco na área de influência da empresa Votorantim Metais – Três Marias, MG”. (Anexo 6).

Após a apresentação, algumas perguntas foram direcionadas para Érida sobre a questão, a qual se comprometeu a estar encaminhando folder explicativo as colônias assim que este estiver pronto.

Segunda Parte:

FÓRUM DE DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

Um dos principais temas, diagnosticados nas discussões do dia anterior, foi Legislação. Em decorrência dele, alguns aspectos foram salientados.

Síntese dos principais entraves, sobre legislação, levantados na discussão dos grupos:

- LEIS ULTRAPASSADAS E INADEQUADAS (IBAMA/IEF)
- REGRAS RESTRITIVAS DO ESTADO (IEF) INADEQUADAS
- LEIS MAIS RESTRITIVAS AOS AMADORES
- CONSULTA NÃO É O SUFICIENTE PARA INCLUIR COLONIAS E PESCADORES
- CONFLITO ENTRE LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

Ana Thé propôs que houvesse inscrições e que se falasse durante o tempo determinado para cada uma das falas (3 minutos). O teto de tempo, estabelecido para o debate, foi 12h30.

A primeira fala propôs a criação de uma cartilha, com o intuito de esclarecer a portaria de 2006.

Miguel (IEF) se inscreveu para falar sobre os decretos de 2002, 2004 e 2006. Afirmou que eles não estão desatualizados, mas cabe ao IEF traduzi-los para uma linguagem mais simples e compreensível por todos. No entanto, o papel de mediador, responsável por repassar essas informações, é ainda da colônia.

Sobre o policiamento, apontou que ainda se está atuando sob essa nova portaria, mas os policiais já tem chamado a atenção e repassando as resoluções aos pescadores.

Por fim acrescentou que foi encaminhada a cada uma das colônias uma cartilha contendo a portaria de 2006. agora, cabe a elas repassar esse material, aos principais interessados, os pescadores. Sugeriu as colônias a convocação de assembléias para tratarem o assunto.

Maria Madalena (Pescadora/Ibiaí) afirmou que, a questão não é regras ou regimentos ultrapassados, mas o fato deles não atenderem os interesses dos pescadores. Uma vez que são criados por pessoas que não enfrentam a labuta diária da pesca.

Josemar (Presidente da Colônia de Ibiaí) reforçou a fala de Madalena. Apontou para necessidade de se flexibilizar a estrutura que elabora as leis, e assim, permitir mudanças rápidas e efetivas nessas, o que levaria ao seu cumprimento.

Renato (?) pediu mais tolerância aos pescadores, com relação aos presidentes e suas atribuições. Nesse momento se referia a função de repassar as informações sobre decretos e outros debates existentes na esfera legislativa.



Figura 8: Plenária Final dia 31 de agosto – III Assembléia do GTPesca.

Carlos (IEF) pontuou as diferenças, institucionais, entre IBAMA e IEF. Colocou que, de fato, há uma maior aproximação do IEF e Polícia Florestal na fiscalização e cumprimento das leis (Remeteu a um descaso do IBAMA nesse aspecto).

Acrescentou que há entre IEF e IBAMA uma discussão sobre portarias, para que se acabe com as contradições e sobreposições entre as portaria emitidas por cada um deles.

A título de esclarecimento, disse que cabe ao IBAMA a responsabilidade pelos pescadores profissionais e ao IEF os amadores. Mas, na prática, a fiscalização é papel das duas.

Miguel (IEF) pediu a fala para esclarecer três tipos de falta que podem acontecer com os pescadores profissionais e as punições aplicadas a cada reincidência.

Geraldo (Presidente da Colônia de Buritizeiro) questionou a punição aplicada ao pescador profissional e ainda, o porquê do pescador amador sair ileso frente às mesmas faltas. Declarou que considera um abuso e uma vergonha essa legislação.

Ana Thé (PPA/Universidade Montes Claros) pediu ao Estado que se inscrevesse para responder às contestações e o favor a todos que não interpelassem as falas.

Valter (?) contou que num momento de conversa com seus companheiros, pensou na possibilidade de se criar uma lei que limitasse a quantidade de peixe retirada por cada um dos pescadores amadores. Ou ainda, uma medida severa para aqueles que extrapolassem os limites permitidos. Sugeriu ainda, como exemplo de punição, o repovoamento do rio com alevinos.

Ana Thé (PPA/Universidade Montes Claros), com intuito de complementar a idéia, questionou quem se responsabilizaria pela produção e distribuição de alevinos.

Valter (pescador São Romão) respondeu, talvez o IBAMA, IEF e os próprios amadores.

Zé de Nóis (Pescador/Ibiaí) criticou, em forma de questionamento, o papel depredador das grandes organizações como a Votorantim. Ao fim perguntou ao presentes: “Quem cobra deles?” .

Polícia Militar Florestal se inscreveu para retomar um ponto muito discutido no dia anterior: forma de abordagem e postura do policial no momento da fiscalização. Deixou claro que tem consciência da existência do conflito policiamento e pescadores e por conta disso pediu aos pescadores que notifiquem os casos de abuso do poder.

Davi (Pescador/ Três Marias) – sua fala não foi anotada.

Maria Madalena (Pescadora/ Ibiaí) disse que IBAMA e IEF só corrigem os pescadores profissionais, os outros, sempre saem ilesos.

Luis (pescador/ ?) contou que, há algum tempo, fez um curso de capitania, oferecido pela Marinha. Sua dúvida foi se existe uma parceria entre esta e a Polícia Ambiental na emissão e cobrança dessa carteira que permite a condução de embarcações.

IEF, em resposta a Valter, explicou sobre o limite já existente para a pesca do amador: 10kg mais um exemplar. Afirmou que talvez isso não esteja sendo fiscalizado, mas aí já caem em outra questão.

Ainda nessa fala, foi notificado que o órgão está capacitando cinquenta e dois profissionais para atuarem na pesca e aquicultura.

Sobre a crítica feita por Zé de Nóis, IEF respondeu que há sim muitas multas e punições às grandes corporações, mas se elas respondem ou não à isso, o IEF não sabe responder.

Valter (São Romão) pediu uma tentativa de aproximação entre pescadores profissionais e amadores, que essa iniciativa parta do profissional. Fez um apelo aos profissionais para deixarem de ver o outro (amador) como uma ameaça.

Edson (SEAP) propôs, ao fim da mesa de debates, uma reunião com todos os presidentes das Colônias, demais membros e representantes, a fim de esclarecer dúvidas pontuais e encaminharem suas propostas.

Ana thé (PPA/Universidade Montes Claros) propôs buscar informações sobre as leis vigentes. E ainda, descobrir quando serão as audiências públicas de interesse da coletividade. Já se sabe, segunda ela, que logo será a audiência do Estado de Minas Gerais sobre a Piracema, momento onde são encaminhadas resoluções.

Logo em seguida, uma das falas criticou um fenômeno comum no meio: a “venda” de carteiras de pesca. Disse não fazer referência às Colônias de Minas, mas tomou como exemplo o caso de São Romão, onde disse haver a presença de muitos pescadores do Estado de São Paulo. Fez menção à corrupção existente nos órgãos estatais e a necessidade de combatê-la.

Zé Andrade (PPA), solicitou questão de ordem. Apontou a dificuldade que aparece no momento de argumentação dos pescadores com os órgãos do Estado. Tratar de aspectos que envolvem legislação, empoderamento e auto-gestão requer um mínimo de instrução (escolaridade), portanto, a proposta de Zé foi criar ou fortalecer (existentes) os

programas de alfabetização de jovens e adultos. Citou como exemplo o caso do programa “Pescando Letras”.

Maurício, lembrou do Rio das Velhas, importante por ser o local da desova dos peixes, ressaltou que esse rio tem sofrido muito por conta da poluição.

Ainda sobre o Rio das Velhas, um outro problema tem afetado o pessoal da Barra do Guaicuí, é a questão do embarque e desembarque nas suas margens. Foi explicado que não há uma autorização que legalize o espaço para os barcos atracarem nas margens do rio, no entanto, a população o faz. Muitas vezes os pescadores acabam sendo autuados pela fiscalização, no momento do desembarque do peixe, por pensarem que o pescado foi tirado do Rio das Velhas.

Sobre as carteiras de pesca, Mauricio respondeu que a emissão só está ocorrendo via internet. Sobre a pesca amadora, pediu aos pescadores profissionais que “namorem” os pescadores amadores, ou seja, sejam mais maleáveis e amistosos com eles.

E por fim comprometeu-se a explicar, enquanto servidor público, o novo decreto, assim que a cartilha estiver pronta.

Quadro de Resoluções: Legislação

SOLUÇÕES	COMO FAZER?	QUEM FAZ?
Cartilha sobre legislação (decreto) IEF/ Junho de 2006	IBAMA, IEF e Colônias Escrever junto com os pescadores	IBAMA, IEF e Colônias
Redução de leis/ revisão Adequação das tabelas	Elaboração conjunta entre IEF, IBAMA e Colônias	IBAMA, IEF e Colônias
Acordo na elaboração/ maior participação na elaboração Audiências públicas para aprovação das portarias federais e estaduais.		

Criação dos agentes ambientais		
Criação de leis restritivas para a pesca amadora. Criação de cotas para amador Proibir a pesca da pinda para amador	Elaboração conjunta entre IEF, IBAMA e Colônias, Fedepesca e pesca amadora	IBAMA, IEF, FEDEPESCA, Colônias, Pesca amadora
Explicação Popular do Decreto 44 309/ 2006	Reuniões em cada colônia/ou em conjunto para apresentação do decreto – com data marcada e bem divulgada para a base de pescadores.	IEF, Advogado IEF, colônias, FEDEPESCA
Fortalecer o Programa de Educação de Jovens e Adultos da Categoria de Pesca, como o Programa Pescando Letras	Pedir para a SEAP que o Convênio seja feito diretamente pelas colônias para a execução do programa já que as prefeituras muitas vezes emperram o processo.	

FISCALIZAÇÃO

- FALTA DE CAPACITAÇÃO POLICIAL
- DESIGUALDADE DE PUNIÇÃO DOS DIFERENTES USUÁRIOS
- FALTA DE CONHECIMENTO DOS DIREITOS PELOS PESCADORES:
 - RECURSOS
 - PROCESSOS, ETC.

Sobre a questão da fiscalização, outro tema constante nas discussões, a **Polícia Ambiental** pediu a fala para retomar uma questão posta no tema anterior, sobre habilitação para embarcações. Remeteu a questão para a polícia. Disse que todos aqueles policiais que conduzem as embarcações de monitoramento e fiscalização possuem habilitação e treinamento. Caso haja algum deles guiando sem essa carteira, é de suma importância que isso seja notificado. Foi esclarecido que há uma parceria (informal) entre Polícia Militar Ambiental e Marinha.

Ao fim, sugeriu que todos os problemas que os envolvam sejam levados e conversados nas Colônias, como também em outros órgãos. Como exemplo, citou o problema detectado sobre a embarcação e desembarcação no rio das Velhas.

Numa fala seguinte foi solicitada à Federação dos Pescadores uma maior presença e fiscalização das Colônias.

Polícia Militar Ambiental (Harley) sugeriu como adendo à implementação do policiamento comunitário uma especial atenção para a questão da pesca, uma vez que os pescadores constituem um grupo entendido como fragilizado (vulneráveis, seria o melhor termo, de acordo com a definição do Programa de Direitos Humanos das Nações Unidas).

Raimundo (Presidente da Federação) disse que cabe ao SEAP fazer as carteiras. À Federação cabe encaminhar a documentação ao pescador.



Figura 9: Pescador durante Plenária Final da III Assembléia do GTPesca.

Vitor (Representante do Município de Ibiaí) trouxe a informação de que foi montado em Ibiaí o Conselho de Segurança Pública. Chamou os pescadores a ingressarem nesse Conselho, uma vez que ele é o canal de reivindicações da Comunidade aos órgãos do Estado. Ali, segundo ele, pode se constituir o meio de denúncias para aqueles que não querem chegar diretamente na polícia.

Polícia Militar Ambiental (Harley) salientou a necessidade de se recorrer ao CONSEP e de certa forma fortalecer os órgãos que representam os pescadores.

Renato colocou como problema a falta de uma antena que permita a comunicação por celular.

Representante da CEMIG, sugeriu que o pescador, no momento da retirada de sua licença de pesca assinasse um termo de compromisso, se responsabilizando em não causar nenhuma degradação ao meio ambiente.

Nesse momento algumas pessoas, ao fundo, gritaram que esse termo já existe e é assinado no momento que o pescador recebe sua carteira.

Josemar (Presidente da Colônia de Ibiaí) apresentou uma carta de indignação e repúdio à mortandade de peixes. A proposta foi elaborar um abaixo-assinado e encaminhá-lo junto desse manifesto ao Ministério Público Federal.

Após isso foi, marcada uma audiência interna em Belo Horizonte, com os representantes das Colônias, Federação e Órgãos do Estado para ali deliberarem proposições para a Audiência Estadual sobre a portaria da Piracema. A data estabelecida foi 18 de setembro de 2006.

Quadro de Resoluções: Fiscalização

SOLUÇÕES	COMO FAZER?	QUEM FAZ?
Reuniões conjunta com a Polícia Militar Ambiental		Colônias e Polícia Militar Ambiental
Maior presença da FEPESCA nas colônias para contribuir com a fiscalização	Reuniões Mensais nas colônias ou trimestrais	FEPESCA

Implementação do policiamento Comunitário da Pesca	Planejar o policiamento comunitário com IEF, IBAMA, PM, FEPESCA. Escrever documento do GT para o comando	PM
Fiscalização das carteiras sobre a SEAP, órgão que as emite.		
CONSEP (conselhos municipais de segurança pública): Envolver os pescadores nas apresentações de denúncias de abuso do poder	Colônias e pescadores Procurar a CONSEP	CONSEP (Conselho de Segurança Pública)
Assinatura de um termo de compromisso pelos pescadores no momento de retirada da carteira	JÁ EXISTE!	
Carta/ Manifesto GT sobre a mortandade de peixes para o Ministério Público Federal	Escrever e aprovar manifesto no GT Pesca.	Foi feito durante a assembléia. Anexo 1

Já ao fim da mesa, foram discutidas as soluções encaminhadas frente aos problemas anteriormente diagnosticados. Um ponto conflitante foi o proposições de Valter, Paulo e Raimundo, sobre a atuação da Federação nas suas atribuições, dentre as quais a fiscalização das colônias. Após uma nova explicação de cada uma das propostas ficou claro que elas eram complementares e não contraditórias.

O próximo GT Pesca foi marcado para dali dois meses, no município de Buritizeiro. O GT acabou com agradecimentos e despedidas.

AUTO AVALIAÇÃO – COORDENAÇÃO DA III ASSEMBLÉIA DO GTPESCA.

Local: Restaurante de Ibiaí

Período: 31 de agosto de 2006

Envolvidos: Colônia de Ibiaí, PPA, UFSCar, Universidade de Montes Claros, IEF, SEAP

Objetivo: Incentivar o comprometimento da Comissão Organizadora na identificação das principais barreiras encontradas no GT, bem como seus avanços. É também nesse espaço que se procuram soluções e alternativas para as questões encontradas.

Sobre o GT Pesca:

PONTOS NEGATIVOS

- Som e acústica do local eram ruins, nem todos conseguiam escutar as falas;
- Falas muitos longas e cansativas, as explicações eram estendidas sobre assuntos que, aparentemente, eram do domínio de todos;
- Assimetria nos tempos de fala dos órgãos do Estado em relação ao tempo dos pescadores;
- Facilitadores em alguns momentos “explicavam” demais a metodologia para a comunidade, “ninguém é bobo”.
- Muitos comunitários não se posicionaram publicamente durante a assembléia, deixando uma dúvida sobre a compreensão que estes tiveram dos encaminhamentos tirados.

PONTOS POSITIVOS

- Envolvimento da comunidade na organização do GT;
- Atuação da Colônia como agente mobilizador da comunidade;
- Participação e demonstração de interesse por parte dos técnicos do IEF
(Fala de um dos técnicos: “reconhecemos a importância da nossa participação do GT”);
- Aproximação dos órgãos do Estado e da União junto aos pescadores. Criação de canais de comunicação para reivindicações e denúncias;

- Distribuição das funções e tarefas aos agentes envolvidos na organização;
- Capacidade dos moderadores em segurar as “emoções” daqueles que discursaram;
- Presença dos jovens de São Romão – Novas lideranças que estão se formando;
- Criação de pequenos grupos de discussão na véspera da mesa redonda. Foi possível aos grupos estenderem e aprofundarem as discussões sobre os que compunham a pauta, além de abrirem espaço para o esclarecimento de dúvidas, muitas vezes pontuais, em geral não expostas em público;
- Avanço no número de participantes ativos;

PROPOSTAS

- O Comitê organizador do GT se encontrar pelo menos um dia antes para discutir logística, organização e distribuição das tarefas;
- No GT subsequente, retomar e relembrar propostas e encaminhamentos definidos no último;
- Uma estratégia para retomar os pontos do GT anterior é utilizar materiais como fotos e vídeos;
- Preservar a autonomia e o protagonismo da comunidade na organização da assembléia, para garantir que permaneçam oferecendo contrapartidas mesmo que não sejam financeiras.
- Para as próximas reuniões do GT contratar um moderador para coordenar o fórum, de modo que as falas e questões pudessem ser enquadradas segundo respectivos temas e encaminhadas aos melhores indicados à responde-las (esta proposta está relacionada a disponibilidade de custeio);
- Melhoria do som;
- Falas mais curtas e objetivas;
- Aperfeiçoamento da metodologia aplicada no trato com os pescadores e comunidades. Atenção e sensibilidade no repasse das informações e encaminhamento das discussões

(Lembrar que muitos dos presentes são analfabetos). Observar se de fato as pessoas estão compreendendo aquilo que está sendo dito;

- Cabe ao moderador ter a percepção e incentivar aquela pessoa que tem vontade de falar, mas não o faz;
- Reuniões com facilitadores na véspera do encontro. Aproveitar esse momento para revisar a metodologia;
- Integrar novos parceiros, mesmo que no âmbito informal.
- SEAP se disponibilizou a custear espaço e custos com o som.

Lista de Participantes

No.	Nome	Instituição	Município	Contato
1	Alcebiadez Muniz Queirós	Colônia z-20	Ibiaí (38)	3746 10 24
2	Rosilene Muniz Nobre	PSF	Ibiaí (38)	3746 14 39
3	Nadine Cardoso Martins	PSF	Ibiaí (38)	3746 11 43
4	Josemar Alvez Durães	Colônia z-20	Ibiaí (38)	3746 11 22
5	Maria Neuza Araújo Pereira	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
6	Beatriz Ferreira	Colônia z-20	Ibiaí (38)	3746 1056
7	Thaís Aparecida Pinheiro Lopez	Colônia Z-01	Pirapora (38)	3741-7809/37434491/91174981
8	Gerson Lucas Alves Martins	Unimontes	Pirapora (38)	gerson_Lucas@yahoo.com.br
9	Mariana Arval	Colônia z-20	Ibiaí (38)	3746 11-31
10	Renato Ferreira da Silva	Colônia Z-11	Buritis (38)	3662 3492
11	Cacildo Rodrigues de Souza	Ass. pescadores de Arinos	Arinos (38)	3635-1724
12	Vanderlei Fernandes de Oliveira	Colônia Z-11	Buritis (38)	36623492
13	Gilliard Amaro Silva	Colônia Z-11	Buritis (38)	36623492
14	Jussie Nery	Câmara Vereadores Buritis	Buritis (38)	99449836
15	João Rodrigues de Ferreira	FNS	Ibiaí (38)	3746 1339
16	João Pereira dos Santos	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
17	Manoel Ribeiro Alves	Colônia z-20	Ibiaí (38)	3746 1453
18	Antônio Ribeiro da Costa	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
19	Altair Cardoso dos Santos	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
20	Ana Torquato da Silva Moreira	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
21	Antonia Barbosa de Souza	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
22	Eliete Barbosa de Souza	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
23	Jorge José Ferreira	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
24	José Hamilton Fonseca	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
25	José Silva Rodríguez	Colônia z-20	Ibiaí (38)	37461280
26	José Fernandes Machado	Colônia z-20	Ibiaí (38)	

27	Raney Ferreira de Mello	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
28	Valter Barroso de Oliveira	Colônia z-20	Ibiaí (38)	
29	Juliana Ferreira Simões	IBAMA	Brasília (61)	3316 1587
30	Flávia Oliveira	IBAMA	Brasília (61)	22161789
31	Adauto Lemos Gonçalves	Colônia Z-22	São Romão (38)	36141757
32	Calebson Fernandes da Silva	Colônia Z-22	São Romão (38)	36241322
33	Maria de Souza	PMIbiaí	Ibiaí(38)	37461136
34	Paulo Roberto ^a Aquino	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	37461463
35	Jerson Ramos Cruz	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
36	Carlos Augusto da Silva	IEF	Pirapora (38)	3741 4097
37	Bruno Grandi Salgado	IEF	Pirapora (38)	37414097 brunoflorestal@gmail.com
38	Rosilei de Abreu Batista	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
39	Teófilo Barbosa	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
40	Zé de Nóis	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
41	Maria Madalena	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
42	Caso Paulo Sezau	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
43	Maria Nunes dos Santos	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
44	Arley Gomes Ferreira	PMMG/DMAT	Belo Horizonte (31)	30712445 arley@pmmg.mg.gov.br
45	Luiz Belchior da Fonseca	STR de Ibiaí	Ibiaí (38)	37461335
46	Augusto Alves Muniz	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
47	Humberto (?)	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
48	José Lucio Ferreira	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
49	Efigênia Pereira Lopes	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
50	Adelino de Brito Silva	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
51	Josenilda Barbosa dos Santos	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
52	Creuniz Gonçalves da Silva	S M Educação Ibiaí	Ibiaí (38)	3746 1436
53	Emerson Miranda	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
54	Vanilson Moreira de Jesus	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
55	Pedrelina Ramos dos Reis	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
56	Geraldo Baldeira Brito	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
57	Cleuzeny Moreira Mota	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
58	José Eustáquio Lizo	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	

59	Zilma Nunes Silva	CERP-Educação	Ibiaí(38)	3746 1076
60	Domingas Ramos dos Reis	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
61	Delson Lopes Ramos	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
62	Neuza Rodrigues	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
63	Manoel Benedito de Souza	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
64	José Aparecido Paiva da Silva	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
65	Leonice Lopes Ramos	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
66	Zélia ^a De Assis Viana	Colônia Z-01	Barra do Guaicuí (38)	
67	Antonia de Souza Guimarães	Colônia Z-01	Barra do Guaicuí (38)	
68	José Oliveira Silva	Colônia Z-01	Barra do Guaicuí (38)	
69	Maurício Rodrigues da Conceição	Colônia Z-01	Barra do Guaicuí (38)	
70	Euvaldo Pinto de Souza	Colônia Z-01	Pirapora (38)	99564803
71	José Alves Pereira	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
72	Wilson Piris dos Santos	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
73	Edmundo Fernandes Coelho	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
74	Ney Pereira Lima	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
75	Maria de Fátima Ferreira	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
76	José Vanderval de Melo Júnior	IEF	Januária (38)	36212611 plenitudeaquicultura@comnt.com.br
77	Frederico Ferreira	IEF	Patos de Minas (38)	fasferre@yahoo.com
78	Adão de Fátima Gonçalves	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
79	Albertina Ribeiro Lima	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
80	Geraldo Doda	Colônia Z-21	Buritizeiro (38)	37422511
81	Gelson Martins Costa	Colônia Z-21	Buritizeiro (38)	37413190
82	Edson Munis de Abreu	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
83	Roberto Souza Oliveira	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	3746 1010
84	Neuza Rodrigues de Souza	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
85	Daniel Ferreira de Jesus	Professor Rede Municipal	Ibiaí (38)	37461181
86	Maria Santana Muniz	Professor Rede Estadual	Ibiaí (38)	37461170
87	Norberto Antônio	ONG SOS S Francisco	Três Marias (38)	99840315
88	Maria José Delfina dos Santos	Peixe Defumado	Três Marias (38)	99670375

89	Maria Eunice dos Santos	Colônia z-21	Buritizeiro (38)	3742 2511
90	Donato Ramos Lopes	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
91	Manoel Alves Filho	Colônia Z-05	Três Marias (38)	35633116
92	Maria Cleuza Gomes Oliveira	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
93	Luiz Ramos Souza	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
94	Euclidez Rodrigues	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
95	Rosacleteo Ramos	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
96	Virginia Bispo da Silva	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
97	David Alves Silva	Colônia Z-05	Três Marias (38)	
98	Ana Lúcia Rodrigues de Jesus	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
99	Firmina Pereira Rodrigues	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
100	Jozânia Ramos Lopes	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
101	Erida Ferreira Araújo Silva	UFSCar	São Carlos –SP (16)	erida123@hotmail.com
102	Luiz Moreira	Colônia Z-21	Buritizeiro (38)	37419424
103	Thais Fernandes Leite Madeira	UFSCar/PPA	Três Marias (38)	37544197/thaismadeira@bol.com.br
104	Rafael Nunes	Vice-prefeito	Ibiaí (38)	37461136
105	Manoel Alves de Soares	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
106	Bárbara Johnsen	FPMG/PPA	Três Marias (38)	37541810
107	Luciano Oliveira	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
108	José de Muniz	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
109	Jorge Ferreira da Silva	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
110	Rildinha Lima	Colônia Z-20	Ibiaí (38)	
111	Luiz Ferraz Peres-Tenente	PMMG	Montes Claros (38)	32122800
112	Carlos Alberto-SubTenente	PMMG	Montes Claros (38)	32122800
113	Vitor Manuel Salvador Guerra	Casa de Pesca	Ibiaí (38)	37461415
114	José Moreira de Arruda	Clube de Pesca	Cachoeira da Manteiga(38)	37471065
115	José Rodrigues da Silva	Vereador	Coração de Jesus (38)	32263159
116	Josué Gonçalves dos Santos	Clube de Pesca	Cachoeira da Manteiga(38)	37471031
117	Ivanilde Barbosa dos Santos	Colônia Z-05	Três Marias (38)	9115 2341
118	Mary Lucia Oliveira Candido	IEF	Belo Horizonte (31)	

119	Marcelo Amarante	IEF	Belo Horizonte (31)	
120	Ana Paula Glinfskoi Thé	Unimontes/PPA	Pirapora (38)	91240444/anathecomanej@yahoo.com.br
121	Miguel Ribon	IEF	Belo Horizonte (31)	

Total de participantes, incluindo os que não preencheram todos os dados: 155.

Gastos da III Assembléia do GTPesca – Ibiaí – (falta demais órgãos preencher)

Custo GTPesca

Contrapartidas	IEF	SEAP	IBAMA	PM	Colônia Ibiaí
transporte					0
diária					0
Material					0
alimentação evento					300

Custos PPA	total
transporte	615
hospedagem	700
material de consumo e alimentação	382,65
total	1315

Total Geral:

Gastos PPA	1315	Total Geral
Gastos Instituições		

Anexo 1

REPRESENTAÇÃO

As colônias de pescadores e entidades componentes do Grupo de Trabalho da Pesca – GTPEsca – Rio São Francisco – MG vêm solicitar, ao Ministério Público Federal, intervir nas investigações relativas à mortandade de surubins nos anos de 2004, 2005 e 2006, na calha do rio, a jusante da barragem de Três Marias, tendo em vista o peixe ser de enorme valor cultural e financeiro para os ribeirinhos que sobrevivem da pesca e as mortandades estarem causando enorme prejuízo econômico àquelas comunidades. Em decorrência das mortandades, acredita-se que já esteja em risco a preservação das espécies.

Nestes termos, julgamos oportuno e procedente a instauração de Ação Civil Pública para a reparação de danos causados ao meio ambiente, conforme dispõe nossa Constituição da República e a lei ordinária que trata da matéria. Ressaltamos que foi acionado o Ministério Público Estadual, por meio de representações dos municípios de Três Marias, Buritizeiro, Pirapora e Ibiaí que, até o momento, não receberam respostas daquele Órgão ministerial, não se tendo notícia de qualquer ajuste conducente à solução das questões.

Finalizamos lembrando que o Ministério Público, por sua autonomia e independência, é o principal guardião dos interesses do cidadão, o que nos encoraja e renova esperanças para alcançar objetivos comuns.

Atenciosamente,

Colônias e Entidades Presentes na III Assembléia do Grupo de Trabalho da Pesca Rio São Francisco – Minas Gerais

Colônia de Pescadores de Pirapora Z-01; Colônia de Pescadores de Três Marias Z-05; Colônias de Pescadores de Buritis Z-11; Colônia de Pescadores de Buritizeiro Z-20; Colônia de Pescadores de Buritizeiro Z-21; Colônia de Pescadores de São Romão Z-22; Associação de pescadores e Aquicultores de Arinos; Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais; Programa de Agentes Ambientais Voluntários – IBAMA – Coordenação de Fiscalização – Brasília; Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar de Minas Gerais; Coordenação de Pesca e Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF – MG; Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; World Fisheries Trust – Canadá; Secretaria de Saúde e Educação do Município de Ibiaí; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí.